

O Mosteiro da Tabosa

O Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, de Tabosa, em Sernancelhe, que em tempos de vida e actividade pertenceu à Ordem de Cister, é um dos muitos mosteiros que fazem parte integrante do legado patrimonial que a Ordem deixou por toda a Europa¹. Foi instituído a 22 de Abril de 1690 por uma rica herdeira de Sernancelhe, D. Maria Pereira, parente dos Condes da Feira.

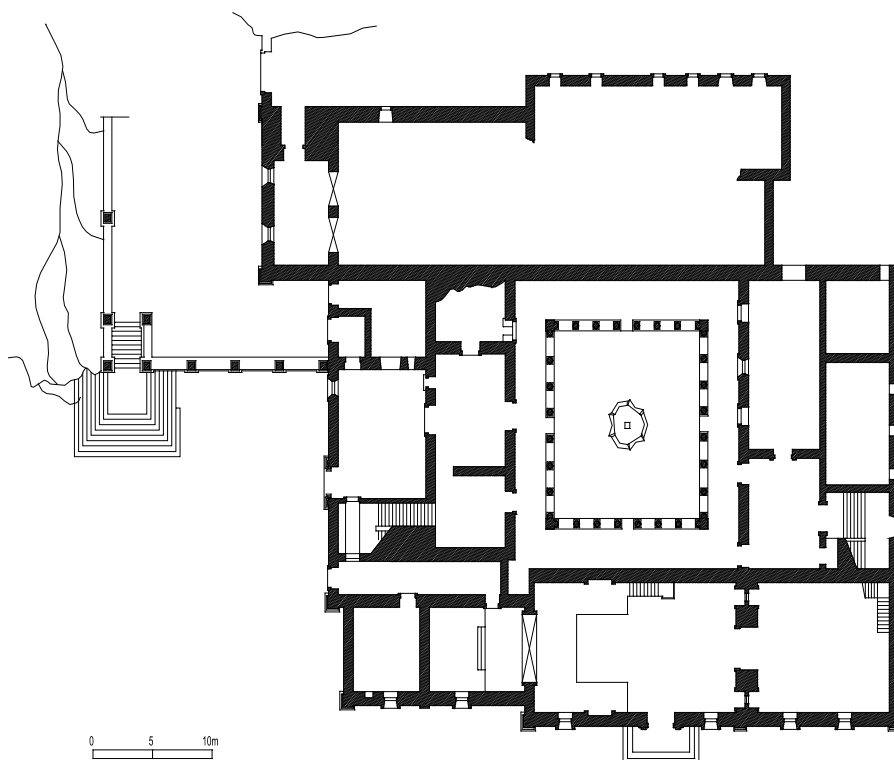
Infelizmente, este interessante exemplar de Arquitectura Monástica carece de mais atenção, devendo proceder-se à sua reabilitação e salvaguarda com urgência. Isto, de modo a que não se deteriore ainda mais e a sua beleza se esfume no tempo.

O início da Ordem de Cister em Portugal teve lugar quando um pequeno grupo de ermitas, de S. João de Tarouca, se filiou na Abadia de Claraval durante a primeira metade do séc. XII², mais especificamente em 1143, o mesmo ano em que Afonso VII, rei de Leão e Castela reconheceu a Afonso Henriques o título de rei da “*Portucalensis terra*”. No entanto seria apenas em 1179 que o Papa Alexandre III o confirma solenemente como rei e o seu estado como reino de direito. As fundações e filiações da Ordem de Cister tiveram desde o seu início objectivos de povoação, ocupação e administração do território, sobretudo durante a formação da Nação. A estes objectivos associaram-se uma coesão e

1 AA.VV.; **Encontros Culturais de S. Cristóvão de Lafões** – As Beiras e a presença de Cister (Espaços, Património Edificado, Espiritualidade); Júlio Cruz (coord); Tipografia Beira Alta; Viseu; 2005 / **São Bernardo de Claraval; Tratado dos Louvores da Virgem Mãe**; Frei M^a Damián Yañez Neira (trad e intr.); Col. Amanhecer Cisterciense – em prol da Causa do regresso da Ordem de Cister a Portugal (dir. Manuel Lopes); Ed. Confluência; 2004 / AA.VV.; **Tarouca e Cister: espaço, espírito e poder – actas**; Ed. Câmara Municipal de Tarouca; Tarouca; 2004 / AA.VV.; **Actas do Colóquio Internacional – Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII, XVIII** / Mosteiro de Alcobaça, Novembro 1994; MC, IPPAR; Lisboa; 2000 / AA.VV.; **Cister no Vale do Douro**; Geraldo Coelho Dias (coord); Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto; Edições Afrontamento; Santa Maria da Feira; 1999 / AA.VV.; **Actas do Coloquio “A Ordem de Cister – O tempo e o modo”**; Júlio Cruz (coord); Ed. Câmara Municipal S. Pedro do Sul; S. Pedro do Sul; 1998 / AA.VV.; **Actas do Colóquio Internacional – Cister: Espaços, Territórios, Paisagens** / Mosteiro de Alcobaça, Junho 1998; vol. I-II; MC, IPPAR; Lisboa; 2000 / AA.VV.; **Intervenções no Património, 1995-2000**; IPPAR/MC; Lisboa; 1997 / AA.VV.; **Património – Balanço e Perspectivas (2000-2006)**; IPPAR/MC; Lisboa; 2000 / AA.VV.; **Caminhos do Património**; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999

2 Ver COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l’Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; (p. 2)

interligação, não só a nível territorial, como também cultural e civilizacional, sendo o mosteiro cisterciense, no contexto português, também um meio de afirmação e defesa do território. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território, a extensão dos seus domínios e áreas de influência.



Planta do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, de Tabosa (AMTFM)

A escolha dos locais onde se iriam implantar os mosteiros cistercienses teve, em Portugal, sobretudo durante este período inicial, a mesma preocupação que esteve subjacente, a tantas outras implantações cistercienses. Ou seja, os locais deviam corresponder não só à interpretação e observância da Regra de S. Bento como também à procura “da solidão do deserto” e dos seus atributos que em muito determinaram a escolha dos locais influenciando mesmo a concepção estrutural e morfológica do Mosteiro. Os cistercienses, em Portugal, procuraram os locais afastados dos grandes centros urbanos, de preferência em vales férteis e próximos de um curso de água para implantarem os seus mosteiros em conformidade com o ideal cisterciense. Deste modo a implementação e incorporação dos mosteiros da Ordem de Cister em Portugal teve o seu centro inicial no coração das Beiras. Os mosteiros cistercienses

instalaram-se numa primeira fase, entre o rio Douro e o rio Tejo, pelas razões e objectivos já referidos irradiando deste centro para o resto do País. A maior parte dos mosteiros cistercienses portugueses são como seria de esperar consagrados à Mãe de Deus e a sua denominação inicia-se geralmente com o nome “*Santa Maria*” seguindo-se o nome do local onde se implanta o mosteiro³ ou então iniciando-se com o nome “*Nossa Senhora*”⁴, sobretudo a partir de 1567 quando se dá a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça e consequente desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência de Claraval (o ramo cisterciense de onde os mosteiros portugueses são originários). Os mosteiros cuja denominação não se inicia por “*Santa Maria*” estão geralmente associados aos nomes dos ermitérios ou comunidades pré-existentes que aderiram posteriormente à Ordem de Cister, mas que conservaram a sua denominação como é o caso, nas Beiras, de São João de Tarouca (antigo ermitério e depois mosteiro beneditino).

A Beira, “pátria” de Aquilino Ribeiro, foi o berço onde germinou



Mirante (AMTFM)



Acesso ao Mirante (AMTFM)

3 Como por exemplo Santa Maria de Alcobaça, Santa Maria de Salzedas, Santa Maria de Maceira Dão

4 Por exemplo, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa

e mais tarde irradiou toda a expansão da Ordem de Cister em Portugal (apenas existiu posteriormente outro pólo com características similares de expansão, Alcobaça⁵), talvez porque, como referiu o escritor:

*“A Beira, por ser a província mais recolhida no cerne de Portugal, será talvez aquela em que se encontra um reportório de tradições, de usos e costumes, mais genuíno e imareado. Com efeito, não parece ter sido de molde a atrair o invasor, e muito menos a segurá-lo a natureza do solo com escarpa após escarpa, pedregulhal após pedregulhal, estreitos vales como no Vouga descrevendo verdadeiras circunvalações em torno de cabeços empinados. A menos que se tenha operado mudança radical nas condições climáticas, pode dizer-se que o aborígene agarrou-se à fraga pelo mesmo milagre por que um carvalho, uma azereira, medram em cima da penedia sem que se veja o húmus que os sustenta. Também ele, deitando raízes na terra de granito, leve e pouco profunda, soube resistir e multiplicar-se.”*⁶

É interessante também a coincidência de o Mosteiro de Tabosa ter sido o último desta ordem em Portugal. Pode-se assim dizer que o ciclo de actividade cisterciense se fechou em Tabosa.

O Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, de Tabosa, foi construído em terrenos particulares pertencentes à fundadora, D. Maria Pereira, e surge como um voto de piedade particular. É integrado na antiga Quinta da Rua, freguesia de Tabosa do Carregal, concelho de Sernancelhe, Distrito de Viseu. No século XVII esta era uma zona pouco povoada, praticamente desértica tal como os preceitos relativos às implantações da ordem de Cister requeriam: solidão, isolamento, comunhão com a natureza e retirados do contexto urbano. *“Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia. (...) Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação que não seja o dos animais.”*⁷ (Capitula, Cap. 9) Segundo L. Pressouyre, a Abadia cisterciense, inserida na sua cerca, apresenta-se como um conjunto coerente e completo, uma obra mestra do domínio do espaço e da organização social.⁸

5 MARTINS, Ana Maria Tavares F; **The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Stª Maria de Alcobaça, a portuguese case** in “THE PLANNED CITY?”; Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa; vol. III; Union Gráfica Corcelli Editrice; Bari 2003. pp760-764

6 RIBEIRO, Aquilino; **Arcas Encoiradas**; 5ª edição; Bertrand Editora; Lisboa; 1995; pp. 111

7 Ver **Capitula**, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 57

8 Ver PRESSOUYRE, León; **Le Rêve Cistercien**; col. Découverts Gallimard; nº 95; Ed. Gallimard; Paris;

O Mosteiro de Tabosa assume-se como um organismo que vai gerando condicionantes propícias à criação da povoação que, hoje, o envolve na medida em que esta se apropria dos espaços que em tempos pertenceram ao mosteiro e que ficaram disponíveis após a extinção das Ordens monásticas em 1834. O mosteiro parte assim de uma situação de micro escala, na qual era equiparado a uma micro-cidade auto-suficiente, para uma situação de macro escala na qual desempenha um papel de organismo que vai cerzindo uma povoação, adaptando-se a uma nova situação, apesar de estar com características de um triste abandono, o próprio mosteiro, foi absorvido em parte pela povoação, as construções aproximaram-se e a própria povoação reclamou para si este espaço outrora de Deus e de recolhimento. Utilizaram a sua pedra para construções vizinhas, os seus elementos arquitectónicos, como colunas, também... enfim, o mosteiro propagou-se um pouco por toda a povoação.

O Património monástico adquire importância no desenvolvimento das cidades e povoações contemporâneas e conseqüentemente no desenvolvimento do nosso território. É possível encontra-se, neste tipo de património arquitectónico, por um lado, o cruzar de elementos, valores e ideais quer a nível espiritual, como histórico ou mesmo cultural mas também ganha importância o planeamento e a sua integração e interacção, por outro.⁹ Estas Arquitecturas cistercienses adquiriram estatuto de marcos de uma Nação emergente e do desenvolvimento de uma cultura, sobretudo enquanto sistema interligado e coeso, que se rege por um mesmo conjunto de valores e ideais.¹⁰ A relação das Arquitecturas de Cister com o futuro, isto é com o presente, encontra-se profundamente vinculada à questão de como reabilitar, ao tipo de acções que existem neste âmbito, às estratégias a utilizar, aos métodos e instrumentos aplicados.

Segundo o art. 7º. da **Carta Europeia do Património Arquitectónico**, *“A conservação integrada leva-se a cabo mediante a aplicação de téc-*

1998; p.39

9 Ver MARTINS, Ana Maria Tavares F; **El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea** in “VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación”; CICOP.ESPAÑA; Tenerife 2004; pp.21-25

10 Ver MARTINS, Ana Maria Tavares F; **The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Stª Maria de Alcobaça, a portuguese case** in “THE PLANNED CITY?”; Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa; vol. III; Union Gráfica Corcelli Editrice; Bari 2003.pp760-764



Claustro (AMTFM)



Claustro (AMTFM)



Dependências monásticas (AMTFM)

nicas adequadas de restauro e com a eleição correcta das funções apropriadas. (...) deve ser uma das primeiras considerações a ter em conta em todo o projecto regional e urbano.” Como refere Lacroix¹¹: *“(...) o património não pode esquecer que a sua verdadeira finalidade é o desenvolvimento da Pessoa. Para desempenhar eficazmente este papel, é importante que não seja museografado, congelado. Apenas poderá cumprir a sua vocação intelectual, afectiva, espiritual, se se aproxima do público, se se familiariza e se torna o suficientemente atraente”.*

Na escritura de fundação do Mosteiro encontra-se referido que tinham começado as obras das dependências conventuais, hospedaria, oficinas, celas. No entanto num documento de Madre de Brites do Menino Jesus afirma-se que as primeiras religiosas, quando chegaram a Tabosa, ainda muito faltava para a sua conclusão, tanto que se refere que o encontraram: *“(...) tão nu e desacomodado que nem uma só cela tivemos em que nos recolher e tão pouco clausurado que mais pa-*

recia recolhimento para gado que para religiosas excepto a igreja que se bem não estava adornada tinha acabado o retábulo de madeira; no coro nos aco-

11 Ver LACROIX, Michel; *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*; Editora Piaget; Lisboa; 1999; 188

*modamos por não haver no chamado convento outro lugar capaz aonde rezássemos (...)*¹²

Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal e dotado de todos os elementos necessários à subsistência como refere a Regra de S. Bento: “*Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas.*”,¹³ para além do facto que: “*Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular. / Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais. / Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja num pequeno traço.*”¹⁴

Para além de toda a sua carga simbólica o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar pois o mosteiro é um local de habitação dos Homens mas também de Deus.¹⁵ O claustro segundo Bernardo de Claraval era o *Paradisum Claustralis* sendo a vida no claustro cisterciense não só um ideal de vida mas também uma imagem e uma antecipação do paraíso. A Igreja constitui-se como o mais importante elemento na implantação do Mosteiro Cisterciense. No entanto o Claustro, a nível formal, era o epicentro do espaço monástico, três dos seus lados correspondem às funções essenciais: *spiritus* a norte¹⁶ (igreja), *anima* a este (sacristia, sala do capítulo, salas de

12 Ver **Revista Estudos e Património** – Instituto Português do Património arquitectónico, nº 6

13 Ver **Capítulo LXVI. in Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; Edições “Ora & Labora”; Mosteiro de Singeverga; 1992; p.132

14 Ver **Capitula**, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa;1999; p. 57

15 Ver DIAS, Geraldo Coelho; **Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges** in “O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos ”; Edições Afrontamento; Porto; 1997; pp.13-37

16 Note-se que em Nossa Senhora da Assunção, de Tabosa, a Igreja encontra-se a Este, muito provavelmente

trabalho intelectual), *corpus* a sul (cozinha, calefactório, refeitório, latrinas) e o quarto lado do claustro, a oeste, é aberto aos Conversos (celeiro, dormitório, refeitório, latrinas). Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* surgindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito. Segundo Duby: “À unidade genética, que é a da ordem, deve a arte cisterciense a sua própria unidade, que marca com um ar familiar as suas arquitecturas, (...). No entanto, os mosteiros não são cópias e a construção cisterciense não é monótona. Cada edifício ajusta-se à mesma «forma» exemplar. Mas é deixado espaço para alguma singularidade.”¹⁷ Mesmo quando as condicionantes do terreno o não permitiam os cistercienses adaptavam o plano.

A construção do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, de Tabosa, começou pela parte relacionada com o *spiritus*, a Igreja iniciou-



Fachada Oeste, entrada para a Igreja (AMTFM)



Fachada Sul, São Bernardo (AMTFM)

-se em 1685, antes da chegada das primeiras monjas, as quais chegaram a 10 de Setembro de 1692, vindas do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, em Lisboa. Até ao final do século XVII é construído o dormitório já com divisão em celas individuais. Eram onze

te por questões topográficas.

17 Ver DUBY, Georges; **São Bernardo e a Arte Cisterciense**; Edições ASA;1997, pp. 108-109

celas, no entanto, esperava-se uma comunidade de vinte e duas monjas, o que significava que o espaço escasseava. São também deste período as dependências do *corpus*: refeitório, cozinha, mas também da *anima*: dormitórios e provável dormitório da enfermaria. Faz-se também a Casa da Abadessa, a escada para a grade e as Casas da grade ou seja do mirante. O claustro só se inicia em 1703 e em 1754 conclui-se a Sala do Capítulo.

Aquando da reconstrução do Mosteiro no início do século XVIII, existia no ano de 1779 o número de trinta celas e ainda uma casa de noviçado que possuía cinco celas. Também há nota da existência da Igreja, Sacristia, Refeitório e demais oficinas.¹⁸

O Mosteiro de Tabosa acabou por encerrar em 1850, após a morte da última monja, no cumprimento do Decreto de 28 de Maio de 1834, da autoria do Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar (o mata-frades), promulgado em 30 de Maio.

O espírito de Cister e os seus ideais adivinham-se em todo e cada um dos exemplares da sua arquitectura subsistente hoje um pouco por toda a parte.

*“Quando os monges, durante séculos e séculos,
impressionaram com a sua marca uma terra,
ainda que não ficasse da moradia dos monges
senão uma pedra que se desagrega,
senão um grão de areia que se esbroa,
a pedra, a areia falam dos monges.
Mesmo que a pedra e o grão de areia
por seu turno desaparecessem,
a terra, a velha e nobre terra,
a terra sobre a qual os monges se debruçavam,
o vale em que rezavam,
as árvores que plantaram
continuariam a falar deles.
Porque, durante séculos e séculos,
os monges impressionaram com a sua marca uma terra.”*¹⁹

18 Ver **Revista Estudos e Património** – Instituto Português do Património Arquitectónico, nº6

19 Ver COCHERIL, Dom Maur; **Cister em Portugal**; Edições Panorama; Lisboa; 1965; p.17

Este é pois um legado a preservar, não só como memória de um tempo mas também como peça arquitectónica que merece ser cuidada e sobretudo recuperada.²⁰

Como refere o artigo 9.º da **Carta Europeia do Património Arquitectónico**: “Cada geração tem só uma vida para se interessar por este património e é responsável de o transmitir às gerações futuras.”

Ana Tavares Ferreira Martins

Arquitecta. Docente da Escola Superior da Gallaecia



O Mosteiro de Tabosa, à espera de um futuro melhor (AMTFM)

20 Ver MARTINS, Ana Maria Tavares F.: “Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem” in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias – vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006. e MARTINS, Ana Maria Tavares F.; “Arquitecturas del Cister en Portugal: rehabilitaciones recientes” in Actas del III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal; Tomo I; Ourense-Oseira; Zamora 2006